

Curso/Disciplina: Penal (Parte Especial)

Aula: Penal (Parte Especial) – 57

Professor(a): Marcelo Uzêda

Monitor(a): Mayara Cristina de Araujo Rabelo

Aula nº. 57

➤ **Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento**

Art. 314 - Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Há figura mais grave, por exemplo, nos crimes contra a ordem tributária.

A figura do art. 314 – CP é **expressamente subsidiária**, que só será aplicada se não tiver figura mais grave.

Bem jurídico tutelado é a administração pública no tocante a legitimidade.

Conduta é praticada pelo funcionário público, em que deve haver vínculo com o cargo, o documento está em seu poder por causa do cargo.

Sujeito passivo: Estado e eventualmente particular lesado.

Núcleos: Extravia é perder-se no destino. Sonegar é esconder, ocultar. Inutilizar é tornar inútil. Crime de ação múltipla.

Objeto material: livro oficial

Elemento subjetivo: dolo, mas não há especial fim de agir. Não há modalidade culposa.

Consumação: crime material, consuma quando deteriora, extravia o objetivo. Por ser crime material, exige-se o resultado para consumação.

Em relação aos verbos extraviar e inutilizar, em tese é possível a tentativa. Na sonegação não é possível a tentativa, porque a conduta é omissiva.

Pena: 01 a 4 anos de reclusão. Se o fato não configurar mais grave. Ação é pública incondicionada.

➤ **Emprego irregular de verbas ou rendas públicas**

Art. 315 - Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

1. **Verbas públicas** tem previsão e destinação na lei orçamentária. São fundos que a lei orçamentária destina aos serviços públicos ou de utilidade pública. **Renda pública** é tudo que é arrecado do público, são quaisquer dinheiros recebidos pela Fazenda Pública.
2. **Elemento normativo:** aplicação diversa da estabelecida em lei. Trata-se de norma penal em branco, que precisa ser complementada por lei em sentido material (lei ordinária, complementar ou Constituição).
3. **Sujeito ativo:** servidor que tem poder de gestão.
4. Observação: É crime diverso do previsto no Decreto 201/67 e também é necessário analisar a lei em que é disciplinada a aplicação dos valores para saber se houve crime ou não.
5. **Elemento subjetivo:** Doloso, sem que haja especial fim de agir e não há previsão de modalidade culposa.
6. **Hipótese de exclusão do crime:** estado de necessidade. Por exemplo, um hospital é atingido por enchente, trata-se de situação de urgência, então o gestor ao invés de pagar a folha de servidores, investe no reestabelecimento do atendimento do hospital. Apesar de o gestor estar ciente do desvio, trata-se de hipótese de exclusão do crime.
7. **Consumação:** quando o agente dá destinação diversa da prevista em lei. Trata-se de crime material. Em tese cabe tentativa.
8. **Pena:** detenção, de um a três meses, ou multa. Procedimento do Jecrim. Observar se o sujeito tem foro por prerrogativa de função.
9. **Ação pública incondicionada.**

➤ **Concussão**

Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

1. Tutela-se a Administração Pública, além da liberdade individual (**constrangimento**) do patrimônio particular (**vantagem indevida**), em razão da função, ainda que antes do exercício. Atinge a moralidade da administração e também o particular, porque este é constrangido pelo funcionário público em razão da sua função. No constrangimento não é usada a violência, ela ocorre em razão da função.

2. **Exigir:** impor, cobrar. Quando o funcionário público recebe a vantagem é exaurimento do crime. **Para si ou para outrem:** beneficiário pode ser terceiro. **Direta ou indiretamente:** pode ser pessoa interposta. **Violação de dever funcional:** Prática deve ser em razão da função, ainda que fora dela: antes de assumi-la, de férias, afastado, etc. **Vantagem:** não precisa ser patrimonial, tipo fala em vantagem apenas, pode ser de qualquer natureza, podendo ser moral, sexual, etc. Parte da doutrina (minoria) discorda e diz que precisa ser patrimonial.
3. **Elemento subjetivo:** dolo de exigir, com especial fim de agir (para si ou para outrem). Com finalidade de assenhora-se em definitivo.
4. **Consumação:** com a exigência, ainda que não receba a vantagem. Recebimento da vantagem é apenas exaurimento.
5. **Pena:** reclusão, de dois a oito anos, e multa.
6. **Ação pública incondicional.**